



## HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM ENSAIO

Ronald Cristovão de Souza Mascarenhas<sup>1</sup>  
Florinda Ivana Oliveira Miranda<sup>2</sup>  
Walber Christiano Lima da Costa<sup>3</sup>  
Victória Caroline do Nascimento Luz<sup>4</sup>  
Marciane da Silva Nunes<sup>5</sup>

**Categoria:** Comunicação oral

**Eixo Temático/Área de Conhecimento:** Pesquisa sobre a produção do conhecimento científico em Educação Especial.

### RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre o histórico da educação especial no mundo, buscando fazer links com o nosso Brasil. O processo metodológico utilizado foi a pesquisa bibliográfica. O artigo está distribuído da seguinte forma: No primeiro momento, buscamos apresentar uma perspectiva histórica do tratamento/atendimento dispensado às pessoas com deficiência no período compreendido da Antiguidade à Idade Contemporânea. Identificando os meandros políticos, sociais e religiosos que interferem e determinam a estigmatização e a segregação das pessoas com deficiência. No segundo momento, discorre sobre o processo educacional brasileiro da pessoa com deficiência no Brasil desde o período da Institucionalização até a Inclusão, explicitando as concepções e os paradigmas que permeiam esses processos. A partir dos resultados, concluímos que o processo histórico traz reflexões importantes para entendermos como ocorre a inclusão no país na atualidade.

<sup>1</sup>Docente da UEES José Álvares de Azevedo (SEDUC/PA) e UNINASSAU Belém. E-mail: ronaldcsmascarenhas@gmail.com

<sup>2</sup>Docente da UEES José Álvares de Azevedo (SEDUC/PA). E-mail: florindamiranda996@hotmail.com

<sup>3</sup>Doutorando em Educação em Ciências e Matemáticas (UFPA). Mestre em Educação em Ciências e Matemáticas (UFPA). Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E-mail: walber@unifesspa.edu.br

<sup>4</sup>Discente do Curso de Matemática da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). E-mail: ab.luz@outlook.com

<sup>5</sup>Discente do Curso de Matemática da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). E-mail: marcianepetshop@hotmail.com

**V CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**  
**17 a 19 de outubro de 2018 – UNIFESSPA/Marabá-PA**  
**ISSN 2526-3579**

**Palavras-chave:** Educação Especial. Inclusão. Brasil.

## **1. INTRODUÇÃO**

Nos dias atuais a discussão acerca da inclusão da pessoa com necessidades educativas especiais tanto no âmbito educacional quanto social tem sido uma recorrente. Apesar disso, não conseguimos dimensionar o alcance das políticas inclusivas no contexto escolar. Nesse trabalho nos propomos a discutir a inclusão da pessoa com baixa visão no contexto escolar, objetivando mostrar os pressupostos, fundamentações e concepções que sustentam o sistema educacional brasileiro desde o período da Antiguidade até os dias atuais. Além disso, pretendemos explicitar as dificuldades enfrentadas pela pessoa com baixa visão em busca de uma educação igualitária. No mais, discutiremos o papel do professor, bem como, suas possibilidades de atuação dentro desse contexto de educação inclusiva.

Nessa pesquisa, interessa-nos discutir até que ponto a inclusão da pessoa com deficiência constitui uma realidade. Será que nossos alunos estão sendo apenas integrados? Qual o papel do professor dentro desse processo inclusivo? Pretendemos ainda aprofundar esse debate direcionando nossos olhares para uma discussão acerca dos possíveis caminhos para efetivarmos uma educação de qualidade.

Não há como discorrer sobre a educação da pessoa com deficiência (intitulada nos dias atuais como pessoa com necessidades educacionais especiais) sem nos voltarmos para os períodos mais remotos da história da humanidade. Segundo Buccio e Buccio (2008, p.35), a história da educação especial tem seus princípios revelados a partir das várias concepções de homem e de sociedade que se manifestam com o passar dos tempos. Assim, podemos dizer que cada povo age em conformidade com suas crenças, valores, organização política e social.

Quando nos imergimos na história, desde a Antiguidade até a Idade Contemporânea, verificamos que caminhos tortuosos e excludentes foram

percorridos pelas pessoas com deficiência, pautados e legitimados por concepções que apontam esses sujeitos como “seres diferentes”. Para Bianchetti (1998 *apud* por Buccio; Buccio, 2008, p.29), “o indivíduo quando visto como ‘diferente’, passa a ser sujeito de uma relação também ‘diferente’, jamais de uma relação normal”.

Assim, esse distanciamento do padrão de normalidade instituído socialmente, “empurra” o “sujeito diferente”, “indesejado” para uma “zona de exclusão”, enquadrando-o como “anormal”. A esse respeito Silva (2010, p. 15) destaca que “Práticas de abandono e negligência voltadas às pessoas com deficiência eram muito comuns”.

O sujeito, uma vez excluído, seja sob qual for a alegação, será sempre colocado à margem da sociedade, ficando em uma posição de vulnerabilidade, de marginalização que o conduzirá a rupturas sucessivas com a sociedade (MELO, LIRA e FACION, 2009). Tais rupturas podem ser claramente percebidas quando analisamos o tratamento dispensado às pessoas deficientes desde a Antiguidade, quando os deficientes eram considerados “seres diabólicos”, subumanos, passivos, portanto, de ações de execução, sem que sobre as quais pairasse qualquer juízo de valor, pautando suas ações na “filosofia da eugenia” que impunha aos indivíduos deficientes o abandono, e sua segregação social, alegando tratar-se de uma degeneração da raça humana e, portanto, estarem em desacordo com a ordem social. Mais tarde com o surgimento do Cristianismo passou-se a ter uma nova visão do deficiente, porém, sob uma perspectiva de piedade, de caridade. (BUCCIO e BUCCIO, 2008, p.36). Percorrendo a Idade Média, onde começam a ser delineadas, em função de questões políticas baseadas em crenças religiosas e metafísicas, algumas poucas, e porque não dizer, contraditórias mudanças no atendimento à pessoa com deficiência. Inicia-se a era do ‘acolhimento’ do deficiente, a “era da proteção ao deficiente”.Chegando à Idade Moderna, a deficiência passa a ser explicada sobre o ponto de vista da causalidade,porém, com um caráter patológica. Segundo Pan (2008, p.82) a medicina, a psicologia e a pedagogia embaraçaram-se nas propostas de cura, baseando-se em critérios qualitativos e quantitativos que

rotulavam e limitavam as possibilidades de atuação da pessoa deficiente. A partir da Idade contemporânea, no bojo de uma sociedade sedenta por igualdade de direitos e valorização do ser humano, surgem movimentos integracionistas que, dentre outras questões, preconizavam a inserção da pessoa com deficiência na sociedade, de modo a permitir-lhe experimentar padrões de vida o mais próximo possível do padrão social vigente tido como normal. Silva (2010) sustenta que os movimentos sociais desse período exerceram papel importante de conscientização e sensibilização social, tendo como argumento os prejuízos sofridos pelos grupos menos favorecidos em função da segregação e da marginalização impostas a eles pela sociedade.

Apesar de alguns avanços, principalmente os relacionados ao direito à vida e busca pela igualdade, a visão acerca da pessoa deficiente sofreu poucas mudanças, permanecendo alicerçada em um desconhecimento sobre as reais possibilidades e potencialidades dessas pessoas, o que corrobora para a intensificação das rupturas sociais e o agravamento do processo de exclusão. Pois, a lógica social, de um modo geral, pauta-se no princípio da padronização, das identidades fixas e não tolera a diferença. Assim, quanto mais “igual” você for da maioria estabelecida como “padrão de normalidade”, maiores as suas chances de ser aceito no cerne social. De maneira oposta, quanto mais ‘diferente’ você for do padrão requerido, maiores as possibilidades de permanecer à margem dessa sociedade. A esse respeito Pan (2008, p.105), postula que:

É preciso então aceitar o desafio de implodir a lógica das identidades fixas [...] um bom começo pra responder a esse desafio é apostar na relação com o “outro” como alguém estranho a ser reconhecido, concedendo-lhe a alteridade, e não como alguém de quem se espera sempre o que “deve” corresponder a uma pessoa dita “normal”.

Em suma, a história nos tem mostrado que muitos dos percalços vividos pela pessoa com deficiência se deve ao equívoco do ser humano de estar sempre tentando ‘enquadrar’ o outro dentro de um padrão de normalidade ou anormalidade,

que muitas vezes, foi concebido por seus ancestrais e não faz mais sentido a sua aplicação na realidade atual. Essa insistência em tornar atual o que já é ultrapassado nos faz adentrar, de forma catastrófica, os caminhos excludentes.

Assim, o presente artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre o histórico da educação especial no mundo, buscando fazer links com o nosso Brasil.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Para a realização desse trabalho, realizamos uma pesquisa bibliográfica a partir da consulta de autores que apresentam aproximações com a proposta do artigo, como Pan (2008) e Buccio e Buccio (2008). Segundo Severino (2007) a pesquisa bibliográfica nos possibilita analisar fontes e coletar dados para desenvolvimento de textos científicos que futuramente poderão ser novas fontes de estudos.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Cada sociedade se organiza de forma particular e subjetiva, buscando para si maneiras de se estruturar, expor e impor sua forma de pensar e atuar. Cada sociedade respeitando suas “padronizações” elege os seus excluídos e os mantém segregados. Dentro desse contexto de incluídos e excluídos, alguns se mantêm socialmente aceitos e outros são ‘rejeitados’ e sofrem as conseqüências dessa exclusão. “A problemática da inclusão/exclusão vem atingindo a todos nas suas mais diversas formas, ou seja, todos podem ser excluídos de alguma situação e incluídos em outra”. Na sociedade brasileira a realidade não é diferente. Como acentua Pan (2008, p.131) “constatamos que a exclusão começa muito cedo, antes mesmo de o bebê nascer. Suas raízes estão na pobreza, na moradia imprópria, nas doenças crônicas, no longo período de desemprego”. Os deficientes, independentemente de sua condição socioeconômica, sejam eles abastados ou não, padecerão e não escaparão do estigma de ser DIFERENTE.

Gil (2000), nos diz que a pessoa deficiente está relacionada à incapacidade, ao defeito, a falta de compatibilidade com o padrão majoritário da população, o que resulta em um processo doloroso de estigmatização dessas pessoas, pautado na ignorância da sociedade no que tange a aceitação da pessoa diferente. Assim, não obstante o fato de serem alijados socialmente em função de sua (as) 'diferença (as)', sofrem com a demanda crescente de nomenclaturas não menos desconcertantes, chegando às vezes, a ser humilhantes. Silva (2010) relata que ao longo da história termos dos mais diversos já foram criados na tentativa de definir os sujeitos dessa população. Já foram intitulados de anormais, idiotas, incapacitados, excepcionais, deficientes, pessoas com deficiência, pessoas portadoras de necessidades especiais e pessoas com necessidades educativas especiais. Seja sob o "título" que for, seria bem mais relevante enxergá-los, apenas e simplesmente, como seres humanos, extirpando os rótulos, que nada acrescentam as suas vidas, e permitindo-lhes atuar na sociedade como 'sujeitos de direito' em igualdade de condições.

Embora, pareça óbvio, em uma sociedade democrática garantir a todos os cidadãos um padrão de igualdades e direitos, a história nos mostra que em se tratando das pessoas com alguma deficiência, essas garantias diversas vezes foram negadas, em particular as relativas ao acesso à educação. Para chegarmos ao cerne dessa questão, necessitamos percorrer os meandros da história da educação especial em particular, as concepções e paradigmas que a sustentam. Nesse sentido, a partir de agora, nos deteremos na história da educação especial brasileira.

A educação das pessoas com deficiência no Brasil surgiu a partir de iniciativas particulares, muito embora tenha contado com algum apoio governamental, desde o seu início foi relegada ao descaso em função de não ser necessária como produção na sociedade da época (JANNUZI, 2004 *apud* SILVA, 2010). O cenário da Educação Especial no Brasil só veio a sofrer mudanças significativas a partir de movimentos e organismos internacionais com a elaboração de Tratados e Declarações, alguns dos quais o Brasil era signatário, que propunham uma visão mais igualitária e legalista das pessoas com deficiência. A esse respeito

Silva (2010, p.38) aponta a Declaração Universal dos Direitos Humanos como um marco sobre os direitos dos deficientes

um importante marco favorável às pessoas com deficiência acontece nesse período. Em 1948, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que garante igualdade de direitos para todos os cidadãos sem qualquer distinção. Mais especificamente, a Declaração beneficia grandemente grupos minoritários (incluindo as pessoas com deficiência) que historicamente sofreram com exclusão e maus-tratos.

A despeito das concepções filosóficas que formam a base de sustentação da educação especial no Brasil, Guebert (2007, p.67-75) afirma serem três as concepções: a Concepção Assistencialista que se baseava na prestação de assistência sem preocupar-se com as questões pedagógicas e a valorização do indivíduo dentro de um processo educacional pautado na piedade. A Concepção Integrativa Adaptativa que teve a sua origem na década de 60 sob as influências dos movimentos pela luta por direitos e valorização humana, apresentando uma perspectiva mais técnica, inserindo a pessoa com necessidades especiais nas escolas, porém, sem apresentar suporte que garantisse sua permanência, e principalmente, o seu desenvolvimento integral; e por fim, a Concepção Inclusiva Transformadora que surgiu como uma 'instrumento de equalização social', objetivando, em termos gerais, o desenvolvimento pleno dos alunos. Não obstante a relevância dessa última concepção, a autora afirma que a Concepção Inclusiva Transformadora não se fez sozinha e sua garantia sustenta-se sobre o tripé: vontade e consciência política, profissionais qualificados e envolvimento da sociedade civil.

Aranha (2007, p.15-19), inter-relacionando os períodos de história com as Concepções e Paradigmas Educacionais que compõem a estrutura da educação Especial em nosso país, relata a existência de três Paradigmas Educacionais, a saber: o Paradigma da Institucionalização, o Paradigma de Serviços e, por fim, o Paradigma de Suporte.

Segundo essa autora o Paradigma da Institucionalização era pautado em uma idéia de 'cuidados com o deficiente', tinha como principal prática a retirada

dessas pessoas de seu convívio familiar e social, caracterizando-se pela segregação delas em instituições ou escolas especiais. Aranha (2007) diz que esse Paradigma com o tempo sofreu sérias críticas em função de tornar ineficaz quanto ao seu objetivo principal de favorecer a recuperação das pessoas para o convívio em sociedade.

Assim, o movimento pela “desinstitucionalização” das pessoas com deficiência tomou força, provocando o surgimento de um novo Paradigma, intitulado Paradigma de Serviços que se pautava na concepção de “desvio” e “normalidade” e tinha como objetivo inserir a pessoa com deficiência no cotidiano social, de modo a adquirir padrões de vida o mais próximo possível do que se concebia na época como “normais”.

Conforme menciona a Aranha (2007), surgia o conceito de ‘integração’ que centrava no deficiente o alvo da mudança e através de uma oferta de ‘serviços específicos’ ‘moldava’ a pessoa com deficiência para melhor integrá-la à normalidade social. Para tanto, o modelo de integração apresentava três etapas: avaliação, intervenção e encaminhamento ou ré encaminhamento dessa pessoa para a vida na sociedade. Esse Paradigma não se sustentou por muito tempo principalmente em função de impor ao deficiente sua “normalização”. Surge o Paradigma do Suporte que tem como principal característica a convivência não segregada da pessoa com deficiência, bem como, a democratização do acesso destes a todos os recursos ofertados à população. Assim, os suportes apresentados aos ‘não – deficientes’, devem também ser apresentados a todos os deficientes indistintamente, tendo como função, favorecer a inclusão social dessas pessoas. A ideia de inclusão pressupõe necessidades de mudanças substanciais tanto no desenvolvimento do sujeito quanto no reajustamento da sociedade.

Ao analisarmos os aspectos que permeiam os Paradigmas Educacionais apresentados por Aranha (2007), em particular os Paradigmas de Serviço e de Suporte, conseguimos abstrair que tanto a Integração quanto a Inclusão Escolar, de modo geral, primaram por encaminhar os alunos com necessidades especiais para a

rede escolar, mas somente a Inclusão Escolar prevê mudanças significativas na estrutura do sistema educacional para receber esses “novos alunos”. Apesar das diferenças entre a Integração Escolar e a Inclusão Escolar, Silva (2010) apresenta ideias que nos ajudam a montar um quadro comparativo que ilustra muito bem as exigências impostas a cada um desses Sistemas.

**Quadro 1 – Comparação entre os movimentos de integração e inclusão escolar**

Integração escolar	Inclusão Escolar
“Problema” centrado no aluno	Prevê a reestruturação do Sistema Educacional
Não há pressuposição de mudanças	Reformulação dos currículos, das formas de avaliação, da formação dos professores e da política educacional
Serviços organizados em níveis, sendo que muitas vezes os alunos retornavam para serviços mais segregados.	Intensificação na prestação de atendimento na classe comum da escola regular

**Fonte: Silva (2010)**  
**Criação: Os autores**

Diante desse contexto, a educação Inclusiva no Brasil, trouxe à tona discussões sobre princípios, respeitabilidade, mudança, valorização, liberdade, direitos e tantos outros temas, que pressupõe que não há necessidade de sermos sujeitos iguais, ou de sermos ‘normalizados’ para que sejamos inseridos no universo escolar ou no cerne social, mas sim de termos uma sociedade igualitária.

Contudo, Mendes (2002, citado por SILVA, 2010, p.99), afirma que:

a equiparação de condições não garante a equiparação de oportunidades, e a educação inclusiva bem-sucedida implicará a reestruturação do sistema educacional em todos os seus níveis: político – administrativo - escolar e na própria sala de aula.

Considerando o exposto, podemos inferir que a concepção de inclusão vai muito além do benéfico aos deficientes, ela atinge toda a sociedade, propondo sua mudança em todos os âmbitos e de forma conjunta, não cabendo mais apenas ao ‘deficiente’ ajustar-se aos padrões sociais, cabendo a toda a sociedade modificar-se de modo a tornar-se democrática, igualitária, justa. Nesse contexto, a ideia de

inclusão obrigou a sociedade a movimentar-se em busca de mudanças que permitissem à pessoa com deficiência ter acesso a tudo o que os outros cidadãos também tinham, contudo as suas limitações respeitadas, mas não como forma de super proteção ou alijamento, mas sim como uma demonstração de respeito as peculiaridades e necessidades de cada um dentro de um princípio de convivência e respeito à diversidade.

Nos últimos anos, têm se multiplicado as leis que versam sobre os direitos e garantias da pessoa com deficiência, principalmente, as relativas à educação. Tal fato tem levado à sala de aula cada vez mais pessoas com deficiência, o que por outro lado, tem obrigado as escolas e a sociedade em geral a assumirem uma nova posição diante da educação dessas pessoas. No Brasil por exemplo, temos a mais sofisticada legislação que foi aprovada em 2015, a Lei nº. 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Reafirmando as palavras de Martins (2010, p. 47):

A inclusão não é algo que se fala, mas algo que se vive, intensa e conscientemente, contínua e tenazmente, concreta e francamente. A inclusão é a participação de todos pelo todo, com todos. A inclusão não é mera teoria da moda, mas uma atitude de vida; uma expressão de sociedade e cidadania; uma compreensão de que todos os seres humanos são humanos, sem distinção

Infelizmente, nem sempre essas posições estão de acordo com as políticas inclusivas, com a ética, com a humanidade, com a garantia de direitos, ou mesmo, com as concepções/teorias de desenvolvimento mais recentes. Essas questões findam interferindo de maneira letal no processo educativo do aluno com deficiência, provocando seu insucesso, gerando insatisfações, lesando seus direitos e afetando a sua cidadania. Muito embora, exista toda uma gama de fatores atrapalhando o processo educativo da pessoa com necessidades educativas especiais, tornando-o demorado e penoso, não processo educativo da pessoa com baixa visão, não podemos deixar de ressaltar que vivemos um momento de mudança de paradigmas

e quebra de estigmas, o que deve ser valorizado e festejado por todos nós que pensamos e desejamos uma sociedade igualitária, que prime por uma educação de qualidade para todos. Que aceite e respeite o deficiente, mas que fundamentalmente, valorize o SER HUMANO. Segundo Guebert (2007, p. 28), faz-se necessário:

Valorizar a pessoa com necessidades educacionais especiais enquanto um ser humano normal dotado de sentimentos, desejos e de elaborações mentais. Sob essa perspectiva, a limitação passa a ser vista como uma das características do indivíduo e jamais como referência de quem ele é, pois a deficiência é uma característica da pessoa, sendo considerada parte dela, e não que a pessoa seja uma deficiência.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo teve como objetivo apresentar reflexões sobre o histórico da educação especial no mundo, buscando fazer links com o nosso Brasil. Vemos que a educação especial no mundo e no Brasil passa por diversas transformações históricas nas legislações que acabam por interferir nas escolas e salas de aula.

Sabemos que precisamos também, investir em mudanças estruturais na educação inclusiva, necessitamos reformular currículos escolares, realizar adaptações, criar programas de formação para professores e por fim, necessitamos envolver a família nesse processo. Temos que entender que a inclusão educacional da pessoa com deficiência não poderá ser feita “isoladamente”, há de existir “parcerias” diversas. Só assim, nossas atitudes e práticas estarão em compasso com as novas políticas de inclusão, com as atuais concepções sobre o homem e com a garantia a cidadania das pessoas com deficiência.

#### **REFERÊNCIAS**

ARANHA, Maria Salete Fábio (organizadora). **Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos cegos e de alunos com baixa visão** / coordenação geral: SEESP/MEC ;. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.208 p. (Saberes e práticas da inclusão)

BRASIL. **Lei nº. 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acessada em: 02 de Setembro de 2018.

BUCCIO, Maria Isabel; BUCCIO, Pedro Augustinho. **Educação Especial: uma história em construção**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

GIL, M. Deficiência visual. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000.

GUEBERT, Mirian Célia Castellain. **Inclusão: Uma realidade em discussão**. 2 ed.rev.- Curitiba:Ibpex,2007.

MARTINS, Elen Graciele. O papel da percepção sonora na atribuição de significados matemáticos para números racionais por pessoas cegas e pessoas com baixa visão. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Bandeirantes, São Paulo.

MELO, Sandra Cordeiro; LIRA, Solange Maria de; FACION, José Raimundo. **Políticas inclusivas e possíveis implicações no ambiente escolar**. In: FACION, José Raimundo (org.) Inclusão Escolar e suas implicações. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Ibpex, 2009. p. 53 – 75.

PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. O direito à diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva. Curitiba: Ibpex, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. -23ed. Ver. E atualizada-São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Aline Maira da. Educação Especial e inclusão escolar: história e fundamentos. Curitiba, Ibpex, 2010.